

O COMBATE À INFLAÇÃO E AS VINCULAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

OCTÁVIO GOUVEIA DE BULHÕES *

O Instituto Brasileiro de Economia está homenageando seu Presidente que, ao completar o octagésimo aniversário, continua incansável no acompanhar aos acontecimentos econômicos e, sobretudo, perseverante na combatividade de suas idéias, regularmente expostas ao público, com notável rigor lógico e invulgar clareza.

A principal crítica do professor Eugênio Gudín se distancia muito do comum das objeções à política do Governo. Trata-se de uma observação de elevado cunho econômico. Segundo o professor Gudín, o Governo está seguindo uma orientação de inadequadas opções. No seu entender, o programa governamental encerra medidas conflitantes que dificultam a consecussão do combate à inflação.

Se as causas da desvalorização do cruzeiro se limitassem ao âmbito financeiro, o campo de opções poderia ser consideravelmente simplificado. Sucede, porém, que a inflação brasileira prolongou-se por muito tempo e durante sua evolução houve uma seqüência de congelamentos de valores, de nefasta repercussão sobre a economia do país. Não poderia, assim, o Governo cingir-se à eliminação do foco inflacionário — o desequilíbrio do orçamento — sem, igualmente, corrigir os graves desequilíbrios originados

*) Professor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

da inflação reprimida. Além, pois, de lutar pelo equilíbrio orçamentário, cumpria ao Governo suprimir o tabelamento dos preços agropecuários, como meio de incentivar a produção de alimentos; cumpria descongelar os aluguéis, como meio de acelerar a construção de residências; cumpria liberar as tarifas dos serviços públicos, como meio de reestruturar os transportes e o suprimento da energia.

É procedente a indicação dos efeitos conflitantes entre a medida da disciplina orçamentária, que tende a sustar a alta dos preços e as liberações dos preços que tendem a forçar o aumento do custo de vida. Como, entretanto, poderia o Governo assegurar a estabilidade do custo de vida sem cogitar do afastamento dos entraves à expansão da produção do custo de vida, sem remover o obstáculo à construção de residências? Como poderia assegurar a estabilidade do custo de vida, sem cuidar dos transportes e da energia? Era preciso um atendimento múltiplo, ainda que, transitóriamente, prejudicial à estabilidade dos preços, mas, sem dúvida, favorável à segurança dessa estabilidade em futuro próximo. Resumindo: além da supressão do foco inflacionário do desequilíbrio do orçamento, tornou-se inevitável admitir-se o reajustamento de valores de bens e serviços que, no passado, por motivos demagógicos, haviam sido mantidos congelados. Era indispensável trazer para o presente a elevação dos preços que deveria ter ocorrido no passado.

Todavia, é de perguntar-se: por que quis o Governo enfrentar as inconveniências psicológicas de um combate gradativo à inflação que incorpora no presente os preços reprimidos de uma inflação passada? Por que não escolheu o caminho mais simples de eliminar a inflação de maneira abrupta, isentando do programa o pesado encargo de transferir para o presente os erros cometidos no passado?

A inflação é um estado econômico em que a renda distribuída é ilusoriamente superior à renda produzida. Há maior pressão para consumir do que recursos para produzir. Esse o motivo porque crescem os salários ao mesmo tempo em que os preços deixam iludidos empresários e assalariados em seus recebimentos nominais. Se durante a fase inflacionária a elevação geral dos preços fôsse mais uniforme, isto é, se não tivesse havido tabelamento de preços e congelamento de valores de vários serviços, seria fácil corrigir o descompasso entre a distribuição e a formação da renda. Em pouco tempo, com a adoção de medidas enérgicas, cessaria a alta dos preços e se conseguiria imprimir segura aceleração ao desenvolvimento econômico. Tendo, porém, a desvalorização do cruzeiro perdurado por longo tempo, com violentas distorções econômicas e financeiras, tódá a infla-estrutura do País sofreu consideravelmente. Nestas condições, o emprêgo de medidas drásticas não seria compensado pela rapidez da reação econômica. Cairíamos em depressão.

O combate gradativo à inflação não acarreta os mesmos riscos de depressão mas provoca reações psicológicas desfavoráveis porque, nos pe-

ríodos de reajustamento de valores, os preços se mantêm em alta, ficando-se com a impressão de que a inflação não está sendo detida.

Devemos entretanto, admitir que as elevações de preços não advieram tão-somente da sequência da correção de valores. Houve, também, a expansão de meios de pagamento que sustentou uma tendência altista.

Os acréscimos de meios de pagamento tiveram por origem a acumulação de reservas no exterior. Tão justificada causa não invalida, porém, o conflito de opções a que se refere o professor Gudín. Manter reservas no exterior sem provocar inflação exigiria a formação de reservas em cruzeiros. Como, entretanto, mantê-las congeladas se, ao mesmo tempo, havia a realização de investimentos na União, nos Estados e nos Municípios?

É bem verdade que poderíamos traçar um programa de seleção de investimentos, de maneira a impedir a sobreutilização dos recursos disponíveis. Nesse ponto, porém, surge um defeito institucional que traz dificuldades ao roteiro de opções. Trata-se do regime financeiro das vinculações orçamentárias.

Justiça se faça àqueles que mesmo no auge da inflação mostraram a clarividência de preservar recursos não inflacionários para os empreendimentos públicos. Essa a explicação da mais notória das vinculações que é a que se destina à construção de rodovias. A receita de um imposto único sobre o consumo de combustíveis é automaticamente destinada às obras rodoviárias da União, dos Estados e dos Municípios.

Todavia, tão urgente quanto a rodovia é a geração de energia elétrica. E de nada vale gerar a energia se não for complementada com a transmissão. Surgiram, assim, novas vinculações orçamentárias para atender à energia.

Quiseram os homens públicos despertar do marasmo econômico certas regiões, integrando-as à economia do País. Dessa louvável idéia advieram novas vinculações orçamentárias. E como se isso tudo não bastasse, também o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico garantiu o financiamento de projetos elaborados com riqueza de imaginação e pobreza de recursos.

Hoje, da União aos Municípios, os orçamentos se desarticulam pela força da desconexão das vinculações. São parcelas que não perfazem um todo.

Investimentos urgentes são levados a efeito ao lado de investimentos adiáveis, o que é deplorável na presente fase de combate à inflação, quando se requer rigorosa escala de prioridades.

As exigências tributárias se multiplicam e se agravam. E quanto mais se arrecada, maior é a exigência de novas receitas porque estas, ao serem aplicadas automaticamente em campos delimitados, estimulam a rea-

lização de empreendimentos redundantes, em detrimentos de outros que aguardam e pressionam a obtenção de recursos adicionais.

A magia inicial de garantir receita para investimentos selecionados transformou-se em incontrolável torrente de despesas públicas, tal como se tivesse sido convertida em realidade a fantasia de Goethe e Paul Dukas.